

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.983 - RS (2019/0254108-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : VILSON BILIBIO
ADVOGADO : ELTON ALTAIR COSTA E OUTRO(S) - RS021748
AGRAVADO : ADAUTO BILIBIO
ADVOGADOS : MÔNICA CABRAL SERAFINI E OUTRO(S) - RS033249
LUCIANA ARBO REBELATO - RS059131

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 77, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EXECEÇÃO DE IMPENHORABILIDADE MEDIANTE ALEGAÇÃO DE QUE O BEM FOI DADO EM GARANTIA HIPOTECÁRIA A TERCEIRO. ARTIGO 69 DO DECRETO LEI 167/67.

Consoante o que dispõe o artigo 18 do CPC, “ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico ”, não competindo ao executado pretender defender direito do credor hipotecário.

A impenhorabilidade prevista no artigo 69 do Decreto Lei 167/67 vem sendo relativizada, no sentido de admitir a penhora de bens vinculados a cédula de crédito rural, mormente porque visa proteção do direito de preferência conferido ao credor hipotecário.

AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial, com base nos seguintes fundamentos: I) *"a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, incide na espécie o óbice contido na Súmula do Supremo Tribunal Federal, verbete 283, a inviabilizar a admissão do recurso tanto pela alínea 'a', como pela alínea 'c', do permissivo constitucional"*; II) incidência da Súmula 83/STJ, já que o acórdão recorrido *"está em sintonia com a jurisprudência da Corte Superior, no sentido de ser relativizada a previsão contida no artigo 69 do Decreto-Lei 167/67 (impenhorabilidade de bem objeto de penhor ou hipoteca constituído pela*

cédula de crédito rural), desde que verificadas determinadas circunstâncias, tal como na espécie, ausência de risco de esvaziamento da garantia"; e III) incidência da Súmula 7/STJ, acerca do não enquadramento nas hipóteses de relativização da impenhorabilidade.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A parte agravante não impugnou especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, notadamente acerca da incidência das Súmulas 7 e 83/STJ, limitando-se a tecer considerações genéricas acerca da decisão agravada e, no mais, repisar as razões de mérito do recurso especial.

Com efeito, *"No caso em que foi aplicado o Enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos"* (AgInt no AREsp 1.548.723/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 28/10/2019).

Nesse mesmo sentido: *"Cabe ao agravante indicar precedentes recentes ou contemporâneos dessa Corte Superior, com o fim de infirmar a aplicação do enunciado 83 da Súmula do STJ, demonstrando que a jurisprudência ainda estaria oscilando sobre a questão de fundo"* (AgInt no AREsp 995.073/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 6/10/2017).

Ademais, para impugnar a aplicação da Súmula 7/STJ, não basta à parte recorrente afirmar que o seu recurso não demanda reexame de provas, ou que pretende apenas a valoração das provas já analisadas. Deve, também demonstrar, com base na lei e na jurisprudência atualizada desta Corte acerca da matéria, que a modificação do acórdão recorrido não demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência não adotada pela parte ora recorrente.

É que, *"o agravante deve demonstrar o desacerto da decisão denegatória, sendo certo que a repetição das razões de recursos anteriores é ineficaz para tal fim"* (AgRg nos EDcl no AREsp 718.211/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 1/6/2016).

Saliente-se que não basta ao agravante desdizer os fundamentos adotados na

decisão que não admitiu o seu recurso especial, porquanto, à luz do princípio da dialeticidade, cabe a ele infirmar, especificamente, tais fundamentos, sob pena de vê-los mantidos. Incide, pois, por analogia, o óbice da Súmula 182/STJ à espécie. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. AGRAVO QUE NÃO ATACA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ARTIGO 544, § 4º, I, 2ª PARTE, DO CPC/1973. SÚMULA Nº 182/STJ.

[...]

3. A impugnação deve ser específica e suficientemente demonstrada, não bastando à parte, para assentar a viabilidade do apelo, desdizer as palavras de julgamento.

4. Nesse sentido: "A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada. O novo Código de Processo Civil, por meio do art. 932, reafirmou a jurisprudência desta Corte, ao exigir a impugnação específica, dos fundamentos da decisão agravada" (AgInt no AREsp 855.681/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 15/04/2016).

5. De igual modo: "À luz da jurisprudência desta Corte e do princípio da dialeticidade, deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia" (AgRg no AREsp 705.564/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 25/08/2015).

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 999.389/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 15/12/2016).

Ante o seu caráter incindível, todos os fundamentos da decisão agravada devem ser objeto de impugnação específica pela parte agravante. Nesse sentido, cita-se o recente julgado da Corte Especial, que veio a confirmar a jurisprudência já sedimentada nesta Corte acerca do art. 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão. 3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais. 4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos. (EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 30/11/2018 - grifou-se).

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do

Superior Tribunal de Justiça

STJ.

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo.

Quanto à majoração dos honorários em razão do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, mostra-se incabível, tendo em vista que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora